



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8590 - Pôster - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

INCLUSÃO ESCOLAR, ENSINO COLABORATIVO E IDENTIDADE DOCENTE

Dulcéria Tartuci - UFG - Universidade Federal de Goiás

Maria Eduarda Santos - UFG/CAMPUS DE CATALÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

Lidiane Policena dos Santos - UFG/CAMPUS DE CATALÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

INCLUSÃO ESCOLAR, ENSINO COLABORATIVO E IDENTIDADE DOCENTE

Este trabalho é resultado de um estudo realizado no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa das Licenciaturas (PROLICEN) da Universidade Federal de Catalão, que teve como objetivo investigar as atribuições dos professores de estudantes público alvo da educação especial (PAEE), as demandas da inclusão escolar e as repercussões destas para constituição da identidade profissional dos professores desses estudantes.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) do MEC (BRASIL, 2008), recomenda a implementação de políticas públicas para que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/Superdotação tenham garantido o acesso, a participação e o aprendizado nas escolas comuns.

O contexto da escola inclusa, conforme Oliveira e Leite (2007) exige uma nova organização escolar, pois embora pressuponha a presença de todos estudantes na escola, os estudantes com deficiência “necessitam de procedimentos diferenciados de ensino para que se garanta a sua aprendizagem e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento”. E estas mudanças, conforme Siems (2008, p. 210), podem “trazer implicações expressivas para os docentes que atuam prioritariamente com pessoas que apresentam peculiaridades entendidas como características das pessoas com necessidades especiais”.

As questões relacionadas a inclusão escolar, as alterações da dinâmica escolar e do trabalho docente nós remetem as discussões acerca da formação identitária como um processo de constante construção, e que segundo Placco (2006, p. 21) é “um movimento em que o

docente assume formas identitárias, via processo de identificação e não-identificação com as atribuições que lhe são dadas por si mesmo e pelos outros com quem se relaciona”. Os processos escolares dos estudantes PAEE repercutem nos processos de identidade docente e na formação de professores, sendo esta última um dos fatores que podem colaborar para que a inclusão escolar se efetive.

Considerando as normativas legais e as novas demandas de formação docente, cabe indagar quais são as atribuições dos professores de estudantes PAEE e que relações estas estabelecem com a identidade profissional docente. Para tanto, o presente estudo está pautado na abordagem qualitativa de caráter exploratória e para construção dos dados realizamos entrevistas semiestruturadas com duas duplas – professora regente e profissional de apoio – sendo uma de educação infantil e uma de anos iniciais do ensino fundamental, que atuavam em condição de bidocência em salas de aulas envolvendo estudantes PAEE. Observou-se neste estudo que as professoras demonstraram assumir posturas identitárias de atuação distintas diante da inclusão escolar.

A professora de educação infantil afirma que seu planejamento e atuação não é direcionada para *adaptação* de atividades para atender a criança PAEE, mas propor atividades que atendam a todas as crianças, que apenas em algum momento específico realizou atividade diferenciada para essa criança. A professora regente e a profissional de apoio desta etapa demonstram uma atuação com características do ensino colaborativo e indícios de desenho universal de aprendizagem.

No que se refere as duas educadoras de anos iniciais, a professora regente e profissional de apoio, parece não haver uma definição de atribuições, uma vez que esta última define seu papel como importante pelo fato da professora regente não ter tempo ou não conseguir atender a criança PAEE. E a professora e profissional de apoio de anos iniciais demonstraram ter uma forma de atuação em que há uma divisão de tarefas em relação a estudantes com e sem deficiência, sem uma articulação de papéis.

A atuação profissional distinta das professoras pode ser articulada com a formação distinta, uma vez que há um traço distintivo na trajetória profissional de ambas, que é a participação em cursos de formação continuada. Inclusive esta formação se revela na relação que a professora de educação infantil estabelece com a profissional de apoio, sendo suporte para ampliação dos estudos desta última na área da educação das crianças com deficiência.

Quanto as demandas formativas para a inclusão dos estudantes PAEE as professoras dos anos iniciais e da educação infantil elencaram como necessidades formativas: formação continuada sobre transtornos do espectro autista; formação inicial com ênfase tecnológica, apontou-se ainda a necessidade de disciplinas sobre a educação de estudantes público alvo da educação especial. Por outro lado, é importante que as demandas formativas sejam incorporadas não somente pela formação inicial, mas na formação continuada, uma vez que as demandas são crescentes e as realidades vão sofrendo novas configurações.

Palavras-Chave: Inclusão Escolar. Ensino Colaborativo. Identidade Docente. Educação Infantil. Anos Iniciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.

OLIVEIRA, Anna Augusta S. de; LEITE, Lucia Pereira. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 511-524, out./dez. 2007.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan. (Orgs.). **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Loyola, 2006.

SIEMS, Maria Edith Romano. Educação Especial em Tempos de Educação Inclusiva: a identidade docente em questão. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 209-226, jul./dez. 2008.